



## POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Evaneide Vieira de Sousa <sup>1</sup>  
Ingrid Bergmam do Nascimento Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

Para a Fundação e Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), pessoas em condição de rua, são aquelas que pernoitam nas praças, calçadas, terrenos baldios ou depósitos de papelão. Além das que se abrigam em casarões abandonados, locais com pouca ou nenhuma higiene ou habitam em baixo de viadutos, por não terem onde morar, caracterizando um processo de vulnerabilidade social. Objetivou-se identificar quais são as políticas públicas voltadas às pessoas em condição de rua, visando à diminuição das desigualdades apontadas pela literatura. A busca realizada na Scielo revelou 07 artigos, na Pubmed 157 e na BVS 82, totalizando uma população de 246 artigos. Após leitura dos títulos e resumos foi confeccionado um quadro elencando os motivos de exclusão dos artigos. Após leitura na íntegra, totalizou-se uma amostra de 10 artigos, onde estes apresentavam resultados de estudos realizados com população adulta, sendo as faixas etárias de 14 a 83 anos, sendo adolescentes, jovens, adultos e idosos. As políticas públicas identificadas foram: programas de alojamento de apoio e de habitação para moradores de rua, casa de acolhida para adultos, idosos e famílias em situação de rua (conhecida como Casa Aberta), dentre outras. A literatura aponta que muito ainda há de ser feito, como a aplicação destas políticas de forma adequada, para garantir o atendimento das demandas e reais necessidades desses cidadãos. Sugerem-se também novos estudos sobre o contexto em que vive tal população e sua inclusão nas políticas sem que estas percam a liberdade.

**Palavras-chave:** Política Pública, Pessoas em Situação de Rua, Pobreza, Vulnerabilidade Social.

### INTRODUÇÃO

Os indivíduos em situação de rua não estão incluídos nos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], onde o parâmetro de contagem é feito através da contagem das residências fixas. O constante deslocamento dessas pessoas dentro e fora da cidade apresenta-se como fator que dificulta essa mensuração, contudo torna-se difícil a construção de políticas públicas para esses indivíduos em situação vulnerável (SOUZA; COSTA-ROSA; BENELLI, 2019).

Para a Fundação e Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), pessoas em condição de rua, são aquelas que pernoitam nas praças, calçadas, terrenos baldios ou depósitos de papelão. Além das que se abrigam em casarões abandonados, locais com pouca ou nenhuma higiene ou

<sup>1</sup> Enfermeira pelo Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ; [evaneidevdsousa@hotmail.com](mailto:evaneidevdsousa@hotmail.com);

<sup>2</sup> Enfermeira. Mestranda em Modelos de Decisão e Saúde na Universidade Federal da Paraíba-UFPB, [ingridgba2006@hotmail.com](mailto:ingridgba2006@hotmail.com).



habitam em baixo de viadutos, por não terem onde morar, caracterizando um processo de vulnerabilidade social. (SICARI; ZANELLA, 2018, FIPE, 2015).

Em âmbito mundial, ainda não é possível ter números concretos sobre a quantidade exata de pessoas que vivem nessa situação. Nesse sentido, há sérios desafios para essa mensuração, que precisam ser enfrentados, pois tem sido difícil obter informações precisas e comparáveis de todos os Estados a fim de desenvolver dados mundiais confiáveis (FARHA, 2016).

Em se tratando do Brasil, uma pesquisa nacional realizada entre 2007 e 2008 em 71 municípios, sobre população em situação de rua, com um número de participantes superior a 300 mil, revelou que existem 31.922 brasileiros nessa situação. No entanto, apesar de o número se mostrar elevado, não representa a população na sua totalidade, uma vez que a pesquisa não envolveu todos os municípios brasileiros. É válido ressaltar ainda, que a população em condição de rua é excluída dos censos demográficos mundiais, por não terem residências fixas, tendo em vista que as coletas de dados dos censos são predominantemente domiciliares (KAMI, 2016).

A conjuntura dos indivíduos em situação de rua agrava-se de acordo com o tempo que eles passam em tal ambiente, sendo estes marginalizados pela população, reféns da própria situação e sem a mínima perspectiva de ascensão social e tendo sua existência ignorada, os mesmos carecem de ajuda da população que nem sempre podem auxiliá-los, ademais eles são esquecidos pelo Estado, que não tem preparo para atender as necessidades, assim como as peculiaridades desse público. Há déficit na oferta de serviços de saúde a essas pessoas, bem como das garantias constitucionais básicas, o que resulta na perda de dignidade (VASCONCELOS et al., 2019).

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituída através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, assegura o acesso amplo aos serviços e programas como moradia, segurança, cultura, esporte e lazer. Assegura também o acesso aos benefícios previdenciários, assistenciais e segurança alimentar e nutricional suficiente para proporcionar a população em situação de rua, acesso permanente à alimentação de qualidade; disponibiliza ainda programas de qualificação profissional, com o objetivo de propiciar o acesso dos mesmos ao mercado de trabalho (ROSA et al, 2017, BRASIL, 2019).

No que concerne ao entendimento dos moradores de rua com o cuidado com a própria saúde, é de extrema importância o empoderamento desses indivíduos, já que encontram-se em



situação de exposição a condições precárias de vida, além de encontrarem-se em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social (SILVA; PRADO; RODRIGUES, 2020).

Vulnerabilização apresenta-se como a situação que torna os indivíduos que moram na rua fragilizados e suscetíveis a violação dos seus direitos e garantias fundamentais, sendo estes a vida, liberdade, educação, moradia, trabalho, assistência social, lazer, segurança, dentre outros. Além disso, encontram-se expostos a violência, demolições de edificações, remoções e subtração de pertences (RAIOL, 2018).

Dessa forma, considerou-se importante identificar quais são as políticas públicas voltadas às pessoas em condição de rua, visando a diminuição das desigualdades apontadas pela literatura.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa referente às políticas públicas destinadas as pessoas em condição de rua, sendo pesquisado nas bases de dados Scielo, Pubmed e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) com período de coleta de dados de Setembro de 2019 a Março de 2020. Os descritores utilizados para busca nas bases de dados foram Public Policies AND Homeless Persons.

Os critérios de elegibilidade utilizados na inclusão foram: artigos publicados sem delimitação de tempo inicial, que aborde a temática de políticas públicas em moradores de rua, disponíveis, sem delimitação de idioma e sem custo para acesso. Foram excluídos cartas, editoriais, artigos de opinião e aqueles que não abordassem a temática.

Este estudo seguiu rigorosamente etapas da revisão integrativa: busca nas bases de dados, leitura dos títulos e resumos, definição dos artigos excluídos após leitura dos títulos e resumos, leitura na íntegra dos trabalhos que atenderam aos critérios de inclusão, definição de artigos excluídos após leitura na íntegra.

Após seguir estes passos foram extraídas variáveis dos artigos lidos na íntegra: caracterização dos estudos incluindo referência, amostra, público alvo (idade dos participantes), local e país de realização, nível de evidência dos artigos. Ainda foi acrescentado um quadro com informações referentes às políticas públicas.

O nível de evidência elencado na análise dos estudos da amostra deste trabalho considerou os estudos com nível um que são os de revisão sistemática ou metanálise, dois que indica estudos randomizados controlados, o três são estudos controlados com randomização, o nível quatro (estudo coorte e caso controle), nível cinco são aqueles de revisão sistemática de

estudos qualitativos ou descritivos, seis (descritivo e qualitativo). Os artigos de nível sete foram excluídos, pois são representados por estudos de opinião e consenso, sendo motivos de exclusão (MELNYK e FINEOUT-OVERHOLT, 2011).

A busca realizada na Scielo revelou 07 artigos, na Pubmed 157 e na BVS 82, totalizando uma população de 246 artigos. Após leitura dos títulos e resumos foi confeccionado um quadro elencando os motivos de exclusão dos artigos.

**Quadro 1:** Motivos de exclusão dos artigos após leitura dos títulos e resumos por base de dados. João Pessoa, 2020.

MOTIVOS DE EXCLUSÃO	SCIELO	PUBMED	BVS
Cartas	-	3	-
Editoriais	-	2	5
Artigos de opinião	-	6	-
Artigos duplicados	1	-	9
Não disponível	-	26	18
Não aborda a temática	3	105	38
<b>Total de artigos excluídos</b>	4	142	70
<b>Total de artigos para leitura na íntegra</b>	3	15	12

## RESULTADOS

Após leitura na íntegra, totalizou-se uma amostra de 10 artigos, sendo excluídos ainda 20 artigos considerando os critérios de exclusão: nível de evidencia 7, saúde dos sem-teto, economia e habitação, condições associadas à família sem-abrigo, como também os artigos que abordavam população em situação de rua, no entanto, enfatizava questões como o desemprego, os reflexos da crise mundial, crise social provocada pelo crime organizado e o tráfico de drogas, pois, o foco estava exclusivamente em políticas públicas voltadas as pessoas em condição de rua, como descrito no quadro 2.

**Quadro 2:** Distribuição dos artigos segundo nível de evidência científica, referência, amostra, idade dos participantes, local/país e políticas públicas. João Pessoa, 2020.

Evidência	Referência	Amostra	Idade	Local/país	Política pública citada
6	DICKSON-GOMEZ, J.	65	> 18	Hartford, Estados	Programas de alojamento de apoio e de habitação

	et al (2007)			Unidos.	para moradores de rua, usuários de droga.
6	SILVA, H. S.; GUTIERREZ , B. A. O. (2013)	6	60- 83	São Paulo/ Brasil.	Casa de acolhida, equipamento social que assiste idosos em situação de vulnerabilidade Social.
6	ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETT I, F. C. (2014).	18	>18	Santos SP/Brasil	Seção de Acolhimento de Adultos, Idosos e Famílias em Situação de Rua (conhecida como “Casa Aberta”).
4	SLOCKERS, M. T. et al. (2014)	2130	≥18	Roterdã, Holanda	Treinamento em educação social e orientação em empregos.
6	ASGARY, R.; SCKELL, B.; ALCABES, A. et al., (2015)	100	<50	Nova York	m-Health entre Pessoas sem abrigo em abrigos, tecnologia móvel.
5	CURTIS, J. (2015)	14	60 000 indivíd uos	Reino Unido	Programas de rastreio de raio-x para tuberculose ativa em populações sem- teto
6	COSTA, S. L. et al. (2015)	13	18-40	Santos, São Paulo/ Brasil	Acompanhamento pré- natal periódico, segurança alimentar, orientação sexual, prevenção de DST/aids, para gestantes em situação de rua.
6	KAMI, M. T. M. et al. (2016)	26	>18	Curitiba, PR/Brasil	Consultório de Rua.
6	TILIO, R.; OLIVEIRA J. (2016).	6	≥ 38	Uberaba, MG/ Brasil	Consultório na Rua.
4	CHENG, T. et al (2016)	1.008	14-26	Vancouver, Canadá	Tratamento para jovens sem-teto em dependência química.



Dos 10 estudos selecionados, 5 (50%) foram de pesquisas realizadas no Brasil, 1(10%) nos Estados Unidos, 1(10%) na Holanda, 1 (10%) em Nova York, 1(10%) no Reino Unido, e 1 (10%) no Canadá.

Quanto ao nível de evidencia houve predominância de estudos com nível 6, sendo 7(70 %), os demais foram 2 estudos de nível 4(20%), e 1 estudo nível 5(10%).

Os 10 artigos apresentavam resultados de estudos realizados com população adulta, sendo as faixas etárias de 14 a 83 anos, sendo adolescentes, jovens, adultos e idosos.

As políticas públicas identificadas foram: programas de alojamento de apoio e de habitação para moradores de rua, casa de acolhida para adultos, idosos e famílias em situação de rua (conhecida como Casa Aberta); Treinamento em educação social e orientação em empregos; m-Health entre pessoas sem abrigo e em abrigos, tecnologia móvel; programas de rastreio de raio-x para tuberculose ativa em populações sem-teto; acompanhamento médico, pré-natal, segurança alimentar, orientação sexual, prevenção de DST/aids para gestantes moradoras de rua; Tratamento para jovens sem-teto em dependência química e Consultório de Rua.

O Consultório de Rua é uma estratégia instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011. Através da portaria nº 122/11. Presta atendimento básico, orienta e realiza encaminhamentos necessários à resolução dos problemas das pessoas em situação de rua.

## **DISCUSSÃO**

Dos 10 estudos foram extraídas algumas categorias relevantes como: reações sociais, auto discriminação, ameaças e sobrevivência a primeira foi subdividida em: discriminação, julgamento, condição social e física; a segunda subdividida em: vergonha e perda da própria imagem; para a terceira categoria criou-se as subdivisões: depressão, isolamento e solidão, por fim, a quarta e última foi subdividida em: medo, ansiedade e memória traumática.

A primeira categoria reações sociais destacou que a discriminação da sociedade dispensada às pessoas em condição de rua, por sua pobreza extrema, acaba destituindo-as de direitos como estrutura básica de sobrevivência, que a própria política assegura. Contrário a isso o que existe na realidade é a falta de habitação, e de educação, limitando a capacidade para conseguirem emprego, pois normalmente envolve o acesso regular a telefone, computadores, aparência bem cuidada, e endereço fixo (CHENG et al, 2016).



Os estudos também mostraram que o julgamento, dos desabrigados continua alto, não obstante a presença de políticas para melhorar suas condições de vida (HINO; SANTOS; ROSA, 2017).

No estudo de Slockers (2014), foi identificado um programa de treinamento em educação social e orientação em empregos, e apoio psiquiátrico. Comparando-se ao estudo que visava melhoria na condição social e física de seus participantes, não foi possível confrontar o antes e depois do programa. Dessa forma deve ser levada em consideração, que leva algum tempo para que sejam apresentados os primeiros resultados (CASTRO; ANDRADE; CHERNICHARO, 2018).

A vergonha é um dos motivos que faz com que determinados moradores de rua, percam o contato com amigos e familiares, uma vez que a circunstância de viver na rua representa fracasso pessoal, por isso acabam perdendo o vínculo, dessa forma nem sempre o que se passa com eles é de conhecimento dos familiares (TILIO; OLIVEIRA, 2016).

Sobre a imagem desses indivíduos, as condições de saúde também são fatores de grande relevância, pois a maioria não consegue cuidar da própria higiene corporal, esses fatos foram observados no estudo de Hino, Santos e Rosa (2017), sobre pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde, sendo notado condições de higiene, prejudicada pelo uso de vestimentas sujas e rasgadas, falta de banho, odor fétido, pés descalços e rachados, barba comprida e feridas expostas.

No estudo de Andrade (2014), muitas mulheres relataram que escolhem ficar sós e que para tanto, acabam se lançando em posturas fortes, agressivas, com relação aos homens com quem convivem, para se proteger da submissão, preferem o isolamento em detrimento da violência física e sexual.

No estudo realizado por Costa (2015), com gestantes em situação de rua, houve relatos de impotência dessas mulheres as quais são obrigadas a praticar sexo com vários parceiros do agrupamento, estando sempre expostas à violência física e sexual como espancamento e estupro, por parte dos parceiros, que agem sozinhos ou em grupos.

Entre os tipos de impotência, destaca-se também o caráter assistencial caritativo dos programas de alojamento de apoio e de habitação para moradores de rua, pela relação estabelecida entre esses equipamentos e a população perpetuar um laço de dependência, mantendo-as numa situação passiva e tutelada. Podendo interferir no desenvolvimento da autonomia desses sujeitos, uma vez que inibe as possibilidades de poder contratual do sujeito em suas relações sociais (TILIO; OLIVEIRA, 2016).



Nem todos os moradores de rua se sentem à vontade nesse novo habitat, isso foi percebido num estudo no qual em entrevista com os usuários de do serviço de Consultório de Rua, relataram ter medo da rua por se tratar de um ambiente perigoso e de exposição, por ser um lugar sem regras e sem restrições, mas, onde existe perigo (CASTRO; ANDRADE; CHERNICHARO, 2018).

O estudo apresentou algumas limitações, nenhuma das políticas encontradas nos 10 estudos, foram detalhadas pelos autores, como a quantidades de oferta das pesmas para a população em condição de rua. Ademais não foi citado nos artigos, o inicio de implantação dessas políticas nos locais dos estudos.

## CONCLUSÃO

A análise das produções científicas sobre as pessoas que vivem em condição de rua, tendo as políticas públicas como objeto de análise, aponta que muito ainda há de ser feito, como a aplicação destas políticas de forma adequada, para garantir o atendimento das demandas e reais necessidades desses cidadãos. Considerando seus principais resultados, percebeu-se algumas lacunas existentes.

É nesse sentido que se coloca em questão a necessidade de que a rede de serviços públicos destinados a esta população, apresente propostas de intervenção que não apenas abranja as necessidades materialistas, mas que as ponham no centro do processo, levando em consideração o contexto holístico de cada indivíduo.

É importante ainda ressaltar a necessidade de mais políticas públicas voltadas para a população masculina, tendo em vista que a maioria dessas políticas identificadas nos estudos foram voltadas para as mulheres, sendo que a maior demanda da população em situação de rua mencionada é do gênero masculino. Portanto, não deve haver privilégios e sim abranger todos de forma geral.

Os estudos podem contribuir com evidências que direcionem a formulação de políticas públicas com o intuito de resolver ou amenizar a situação de vulnerabilidade social. Portanto, Sugerem-se também novos estudos sobre o contexto em que vive tal população e sua inclusão nas políticas sem que estas percam a liberdade. Essa discussão não se esgota nesse estudo, pois ainda há muitas observações a serem debatidas.

## REFERÊNCIAS





ANDRADE, L. P.; COSTA, S. I.; MARQUETTI, F. C. *A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo.* **Saúde Soc.** [online]. 2014, v. 23, n. 4, p. 1248-1261. ISSN 1984-0470.

ASGARY R.; SCKELL B.; ALCABES A. et al. Perceptions, Attitudes, and Experience Regarding mHealth Among Homeless People in New York City Shelters. HHS Public Access, **J Health Commun.** 2015 December.

BRASIL, Ministério da Cidadania. População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam? **monitoramento SAGI: série relatos de caso Brasília/DF** | Junho, 2019.

CASTRO, L. Z.; ANDRADE, M. C.; CHERNICHARO, R. L. A população em situação de rua e a busca pelo sentido da vida: uma questão de sobrevivência. **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas** v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. ISSN 2448-0738.

COSTA, S. L. et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saude soc.** [online]. 2015, v. 24, n. 3, p. 1089-1102. ISSN 0104-1290.

CHENG, T. et al. High prevalence of risky income generation among street-involved youth in a canadian setting. **The International journal on drug policy**, Fevereiro, 2016. p. 91–97. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26806639/>. Acesso em: 20 Abr. 2020.

CURTIS, J. Impact of x-ray screening programmes for active tuberculosis in homeless populations: a systematic review of original studies. **Journal of Public Health**, v. 38, n. 1, p. 106-114, 2015.

DICKSON-GOMEZ, J. et al. Unofficial Policy: Access to Housing, Housing Information and Social Services among Homeless Drug Users in Hartford, Connecticut. *Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy* v. 28, Mar. 2007. doi:10.1186/1747-597X-2-8.

FARHA, L. Summary of the Report of the Special Rapporteur on the right to adequate housing. Homelessness and Human Rights HRC/31/54. 2016.

FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2015 – Resultados. São Paulo, **Fipe**, 2015.

HINO, P.; SANTOS, J.; ROSA, A. S. People living on the street from the health point of view. **Rev. Bras. Enferm.** 2018, v. 71, n. 1, p. 684-92. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s1/pt\\_0034-7167-reben-71-s1-0684.pdf](https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s1/pt_0034-7167-reben-71-s1-0684.pdf). Acesso em: 02 Mai. 2020.

MELNYK, B. M; FINEOUT-OVERHOLT, E; GALLAGHER- FORD, L.; STILLWELL, S. B. Sustaining Evidence-Based Practice Through Organizational Policies and an Innovative Model: The team adopts the Advancing Research and Clinical Practice Through Close Collaboration model. **American Journal of Nursing**. set. 2011. v. 111, n. 09. p. 57-60.



KAMI, M. T. M. et al. Saberes ideológicos e instrumentais no processo de trabalho no Consultório na Rua. **Rev. esc. enferm.** USP [online]. 2016, v. 50, n. 3, p. 442-449. ISSN 0080-6234.

RAIOL, R. W. G. MAIS VULNERABILIZADAS À VIOLÊNCIA URBANA: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A SUPOSTA SEGURANÇA PÚBLICA. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 04, n. 53, pp. 633-658. 2018. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3258/371371772>. Acesso em: 20 Mar. 2020.

ROSA, L. G. S. et al. Influência de políticas públicas e sociais na vida das pessoas em situação de rua e consequências no processo de rualização. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, Londrina, v. 18 n. 01, p. 174-183. jul. 2017. Disponível em: <http://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/358>. Acesso em: 21 Mar. 2020.

SICARI, A. A; ZANELLA, A. V. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 4, p. 662-679. Out/Dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-37030032920172018>. Acesso em: 05 Out. 2019.

SILVA, H. S.; GUTIERREZ, B. A. O. Dimensões da Qualidade de Vida de Idosos Moradores de Rua do Município de São Paulo. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 148-159, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/14.pdf>. Acesso em: 05 Out. 2019.

SILVA, J. R.; PRADO, E. R. A.; RODRIGUES, N. M. S. PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE: O empoderamento das pessoas em situação de rua na perspectiva do cuidado à saúde. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 11608-11620, 2020. Disponível em: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/7540/0>. Acesso em: 08 Nov. 2019.

SLOCKERS, M. T.; NUSSELDER, W. J.; LOOMAN, C. W. N.; SLOCKERS, Colette J. T.; KROL, Luuk; VAN BEECK, Ed F. The effect of local policy actions on mortality among homeless people: a before–after study. **European Journal of Public Health**, v. 25, n. 2, p. 290–292.

SOUZA, W. A.; COSTA-ROSA, A.; BENELLI, S. J. UMA PRÁTICA DE TRABALHO COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO SUAS. **Psicol. estud.**, v. 24, e42391, 2019. Doi: 10.4025/psicolestud.v24i0.44032.

TILIO, R.; OLIVEIRA, J. Cuidados e atenção em saúde da população em situação de rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 101-113, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/27142>. Acesso em: 02 Dez. 2019.

VASCONCELOS, R. G. et al. Pessoas em situação de rua: invisibilidade social, empregabilidade, saúde e vulnerabilidades - um estudo a partir da Prática Curricular de Extensão. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**. v. 3. n. 6, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/21886>. Acesso em: 03 Jun. 2020.